

Comissão de Direitos Humanos e Minorias

(Do Sr. Padre João e Sra Luizianne Lins)

Requer diligência de membros da Comissão de Direitos Humanos ao estado do Ceará, com a finalidade de averiguar denúncias apontadas pelo Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura sobre práticas de tortura e castigos no sistema prisional do estado e solicitar esclarecimentos e providências urgentes do Governo do Estado para sanar essa grave situação de violação dos direitos humanos dos encarcerados do Ceará.

Senhor Presidente,

Requeiro diligência de membros da Comissão de Direitos Humanos e Minoria ao Estado do Ceará, para averiguar denúncias apontadas pelo Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura sobre práticas de tortura e castigos no sistema prisional do estado e solicitar esclarecimentos e providências urgentes do Governo do Estado para sanar essa grave situação de violação dos direitos humanos.

JUSTIFICATIVA

As denúncias sobre casos de tortura em massa no sistema carcerário cearense fazem parte de relatório do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, órgão do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura que conta com 11 peritos independentes. O órgão atende a um compromisso internacional assumido pelo Brasil em 2007 com a ONU (Organização das Nações Unidas) no Protocolo Facultativo à Convenção contra Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes. No relatório são descritos, após visita dos peritos a instalações penitenciárias do Ceará, em fevereiro e março deste ano, procedimentos como o uso indiscriminado de tonfas (tipo de cassetete) e botinas por qualquer situação que indicasse movimento, queixa ou conversa entre presos” - que inclusive tiveram seus dedos quebrados -, a entrega de presos a facções dentro dos presídios, além da superlotação e da falta de colchões, roupa de cama, itens básicos de higiene e coleta de lixo nas celas.

As denúncias de violações apontadas no relatório foram amplamente veiculadas pela imprensa e mobiliza a população, instituições e entidades de defesa dos direitos humanos no sentido de obter uma resposta sobre os fatos apresentados.

Entendemos ser responsabilidade do Estado a garantia do direito à segurança de todos os cidadãos e que isso seja feito também no respeito à dignidade e aos direitos da população carcerária.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 2019.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'De João Lins', is positioned above the printed name.

Padre João

Deputado Federal – PT/MG

Luizianne Lins

Deputada Luizianne – PT/CE